ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE JOSÉ BONIFÁCIO - 0110

[2001 a 2500 processos]

Aos 05 dias do mês de abril de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Titular ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo RICARDO PHILIPE DOS SANTOS. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtlufft
Jurisdição Atendida:	ADOLFO, ZACARIAS, PLANALTO, UNIAO PAULISTA, JOSE BONIFACIO, NIPOA, NOVA ALIANCA, UBARANA, MENDONCA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	07/04/1995
Data de Instalação do PJE:	10/05/2013
Data da Última Correição:	30/05/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	1 %
Acervo PJe/Acervo Total:	99 %

1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	09/10/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
21/05/2017 a 21/05/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS
29/07/2017 a 29/07/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
30/07/2017 a 30/07/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/09/2017 a 17/09/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
01/10/2017 a 01/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
08/01/2018 a 12/01/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
15/01/2018 a 19/01/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
22/01/2018 a 24/01/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO

2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2017 a 15/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALEXANDRE FRANCO VIEIRA	22/11/2017 a 26/11/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	13/03/2017 a 16/05/2017
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	16/06/2017 a 20/08/2017
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	21/08/2017 a 19/09/2017
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	20/10/2017 a 19/12/2017
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	08/01/2018 a 21/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/06/2017 a 17/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
18/06/2017 a 18/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
01/07/2017 a 01/07/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
03/09/2017 a 03/09/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
28/10/2017 a 28/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
29/10/2017 a 29/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
02/11/2017 a 02/11/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
03/11/2017 a 03/11/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
14/02/2018 a 16/02/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANO MENDONCA DA SILVA	TJA	-	26/10/2016
ANDREA VIEIRA SAKO GARCIA	AJ-OJA	-	12/12/2005
DENISE BITAR ROSSETTI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	28/11/2014
DORIVAL PERES	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	18/11/2015
JOAO MARCELO MATTOS SIQUEIRA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	11/10/2011
MARLON MARCELO MURARI	AJ-OJA	-	28/04/2015
MICHELLE GONSALEZ MATAR	TJA	-	26/09/2014
MILENA APARECIDA ELIAS ALVES	AJJ	-	19/01/2015
NEIDE ALVES	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	23/03/1998
RENATO KAZUO SASSAKI	TJA	FC-04 CALCULISTA	09/05/2005
SOLANGE APARECIDA LOPES	AJA	-	03/11/2016
TAILA MUSSI IZAR	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	29/02/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			**10**
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			**2**

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	12
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA À GESTANTE	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	63
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	20
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	6
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
VIAGEM A SERVIÇO	1
TOTAL	**191**

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GABRIELLE SGRIGNOLI CUNHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
SHARMILA OBATTA MENDONCA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	160
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	15

SERVIDORES	HORAS
ADRIANO MENDONCA DA SILVA	200

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	600	1.374	---
	Aguardando encerramento da instrução	621	843	---
	Aguardando prolação de sentença	43	151	---
	Aguardando cumprimento de acordo	211	427	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.340	1.599	---
	Pendentes de finalização	**2.815**	**4.393**	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	399	432	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	202	325	---
	Pendentes de finalização	**601**	**757**	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	503	1.396	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	44	114	---
	Pendentes de finalização	**547**	**1.512**	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	49	---
	TOTAL	**3.963**	**6.711**	**---**

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	546	1.293	---
	Aguardando encerramento da instrução	747	858	---
	Aguardando prolação de sentença	166	127	---
	Aguardando cumprimento de acordo	176	390	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.721	4.115	---
	Pendentes de finalização	**2.723**	**4.209**	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	502	520	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	160	470	---
	Pendentes de finalização	**643**	**818**	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	448	1.465	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	465	691	---
	Pendentes de finalização	**485**	**1.597**	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	2	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	82	---
	TOTAL	**3.851**	**6.707**	**---**

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	172	147	43
Exceções de Incompetência	26	19	11
Antecipações de Tutela	148	142	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	28	10	23
Embargos à Execução	53	30	48
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	1	1
TOTAIS	**427**	**349**	**132**

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	120	111	18
Exceções de Incompetência	24	15	8
Antecipações de Tutela	106	109	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	9	5	8
Embargos à Execução	22	11	25
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	2	2
TOTAIS	**285**	**253**	**61**

6 - RECURSOS [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	751	707	101
Recurso Adesivo	75	81	12
Agravo de petição	22	16	7
Agravo de Instrumento	4	1	4
TOTAIS	**852**	**805**	**124**

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [09/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	669	645	60
Recurso Adesivo	64	45	18
Agravo de petição	11	11	1
Agravo de Instrumento	2	1	3
TOTAIS	**746**	**702**	**82**

7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	464	124	203	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.060	283	362	---
Total / Média	**1.524**	**235**	**327**	**---**

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	463	139	210	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.112	314	375	---
Total / Média	**1.575**	**263**	**337**	**---**

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	231	30	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	787	41	34	---
Total / Média	**1.018**	**39**	**32**	**---**

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	32	156	249	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	196	170	272	---
Total / Média	**228**	**168**	**268**	**---**

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	167	338	2.124	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	10	291	966	---
Total / Média	**177**	**335**	**1.983**	**---**

*Do início até a extinção da execução

CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	444	113	212	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.118	340	368	---
Total / Média	**1.562**	**275**	**329**	**---**

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	437	121	217	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.003	364	374	---
Total / Média	**1.440**	**290**	**333**	**---**

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	177	27	25	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	624	39	37	---
Total / Média	**801**	**37**	**35**	**---**

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	16	73	275	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	113	190	284	---
Total / Média	**129**	**176**	**283**	**---**

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	159	1.199	1.715	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	17	299	1.217	---
Total / Média	**176**	**1.112**	**1.661**	**---**

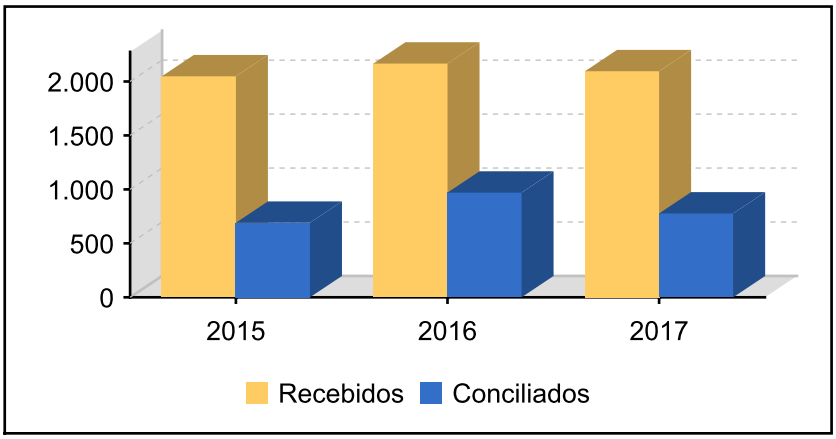
*Do início até a extinção da execução

8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

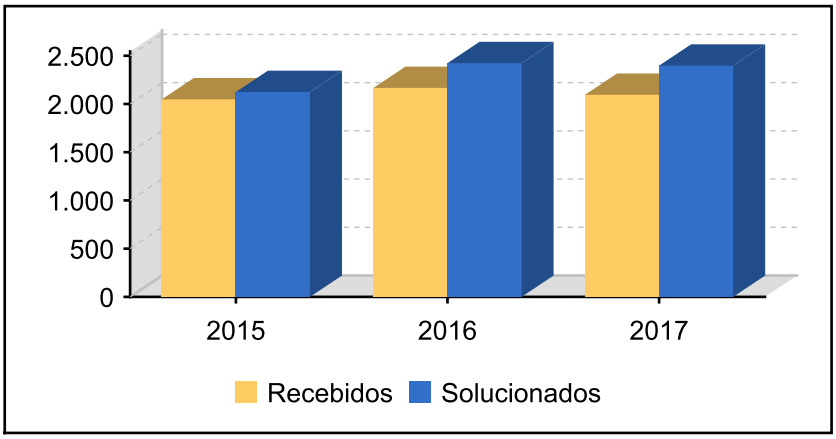
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.048	691	33,74
2016	2.166	970	44,78
2017	2.095	777	37,09



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.048	2.124	103,71
2016	2.166	2.423	111,87
2017	2.095	2.397	114,42

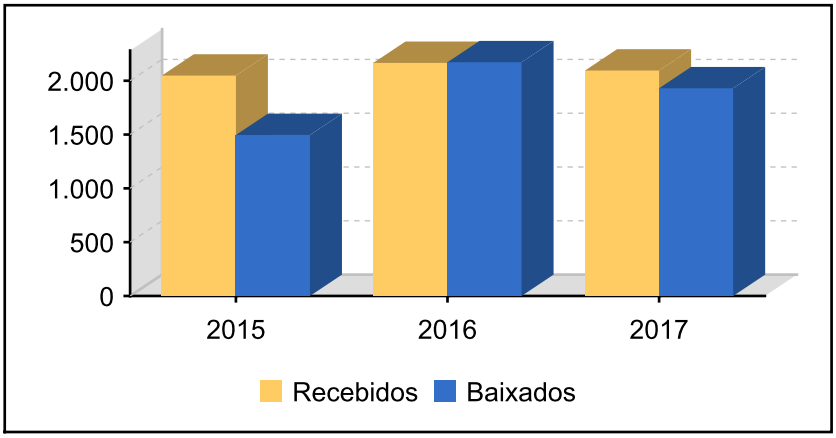


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

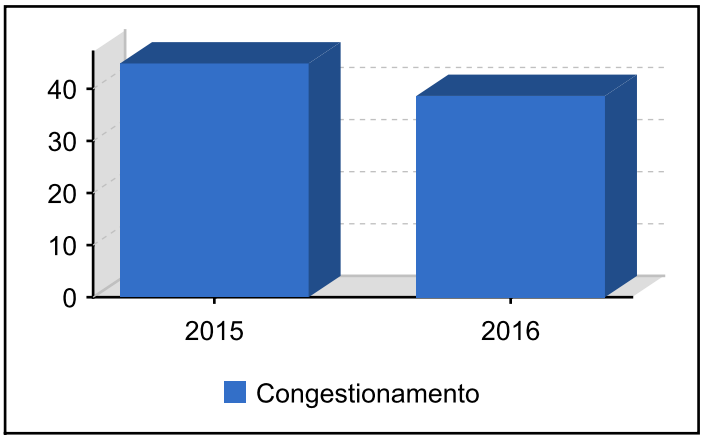
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.048	1.496	73,05
2016	2.166	2.172	100,28
2017	2.095	1.930	92,12



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

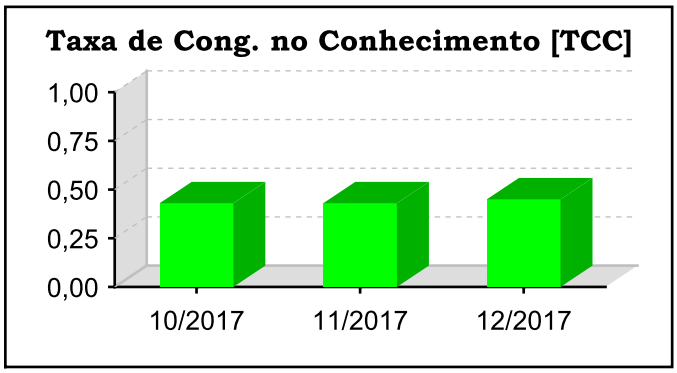
ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.804	2.048	2.124	44,86
2016	1.782	2.166	2.423	38,63

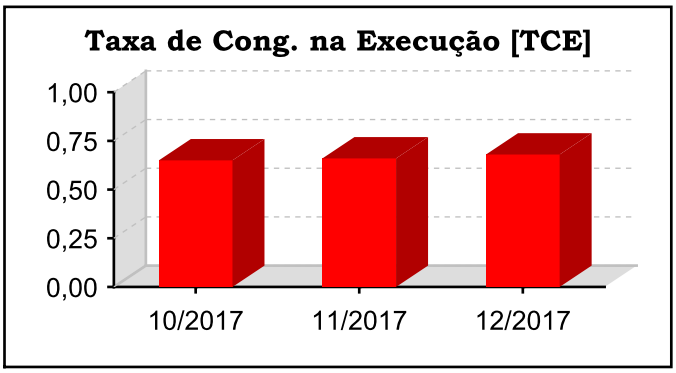


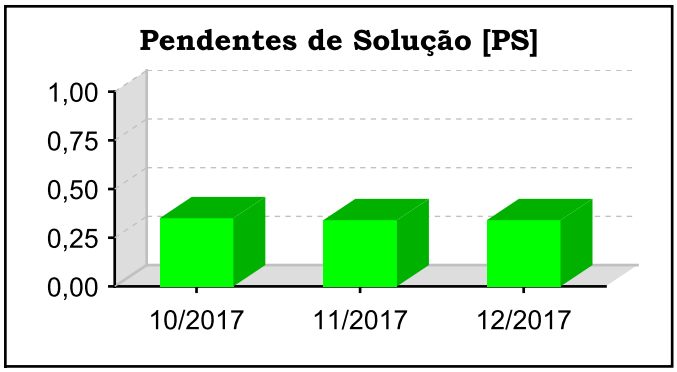
9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

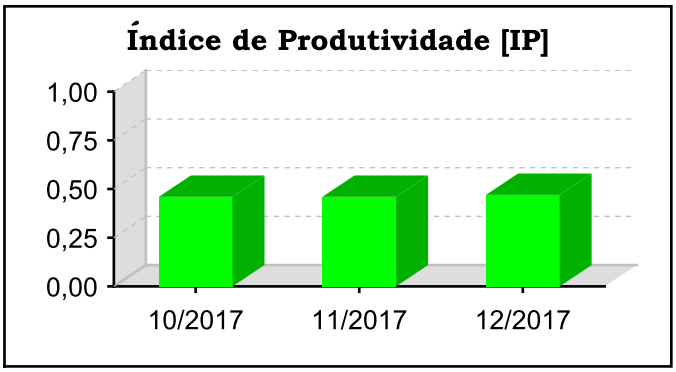
(fonte: e-SInCor MGD)

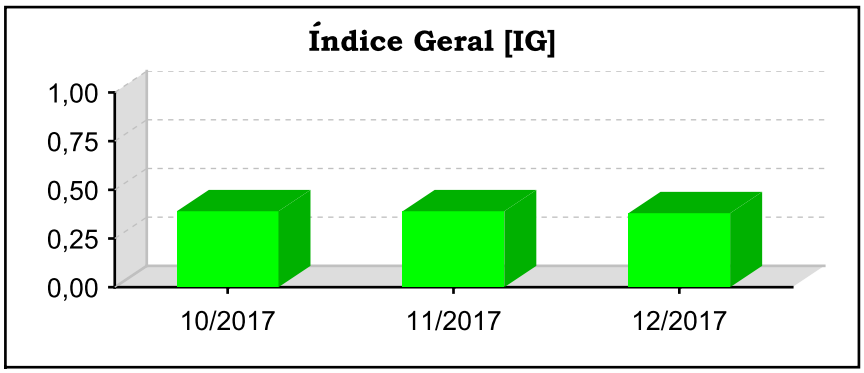
DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,43	0,65	0,35	0,46	0,39
11/2017	0,43	0,66	0,34	0,46	0,39
12/2017	0,45	0,68	0,34	0,47	0,38











10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	777	64,8	40,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.249	104,1	64,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.026	168,8	105,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	371	30,9	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	508	42,3	26,4
Dias-Juiz	578	48,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	43.422	73,8	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.201	95,6	58,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	99.623	169,4	104,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	19.142	32,6	20,0
Incidentes Processuais Resolvidos	42.089	71,6	44,1
Dias-Juiz	28.646	48,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

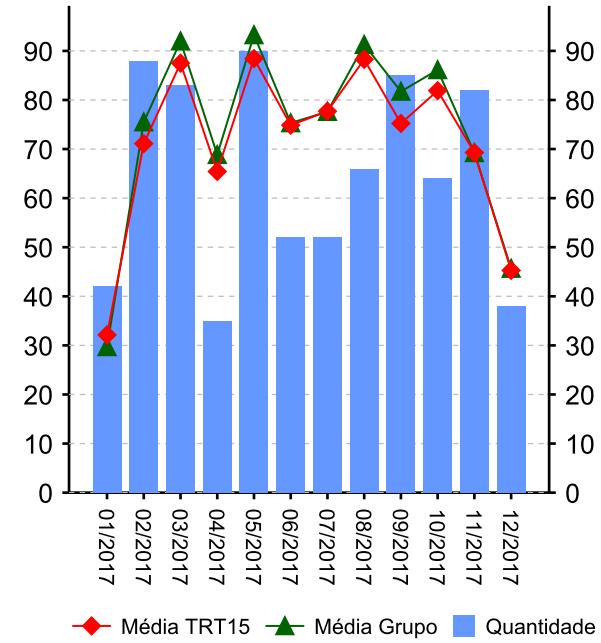
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

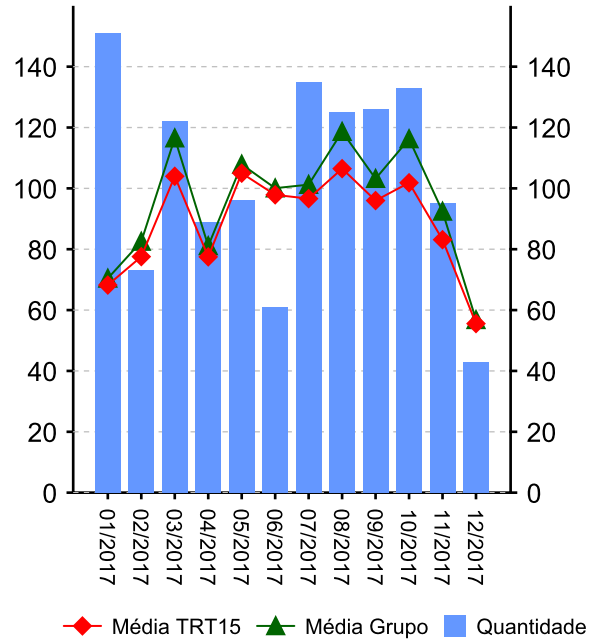
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

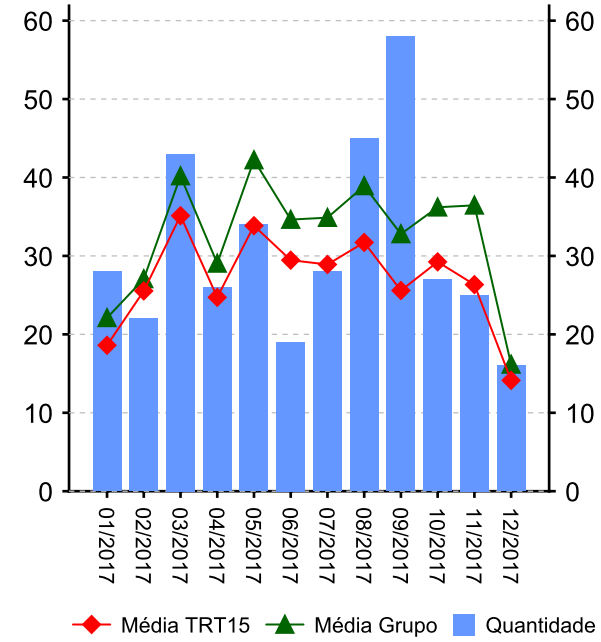
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



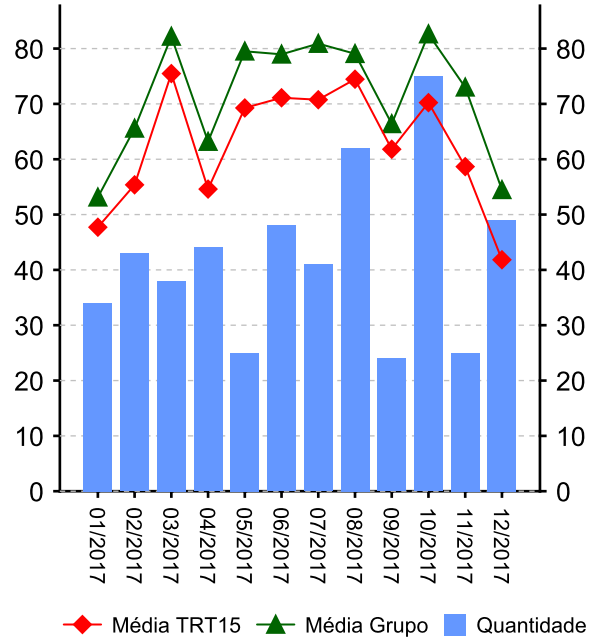
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos



10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.129	94,1	58,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.071	89,3	55,6
Sessões de audiência realizadas - una	729	60,8	37,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	166	13,8	8,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	707	58,9	36,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.800	150,0	93,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	873	72,8	45,3
Dias-Juiz	578	48,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

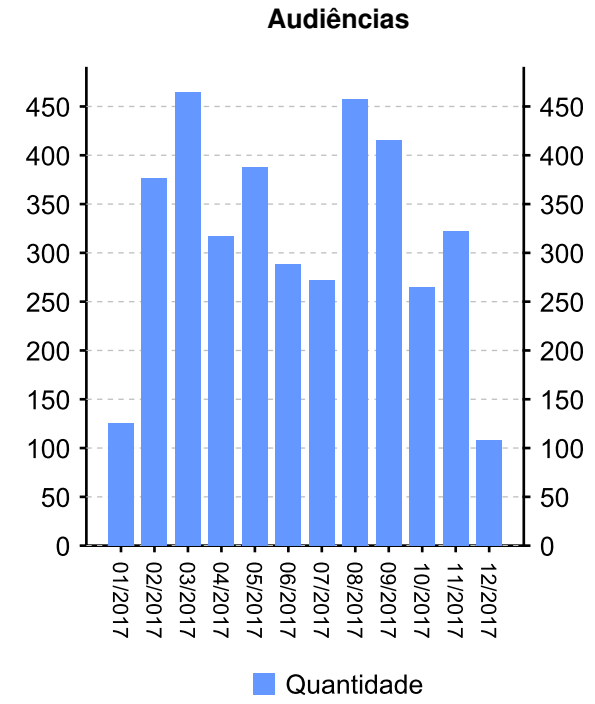
Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.646	48,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

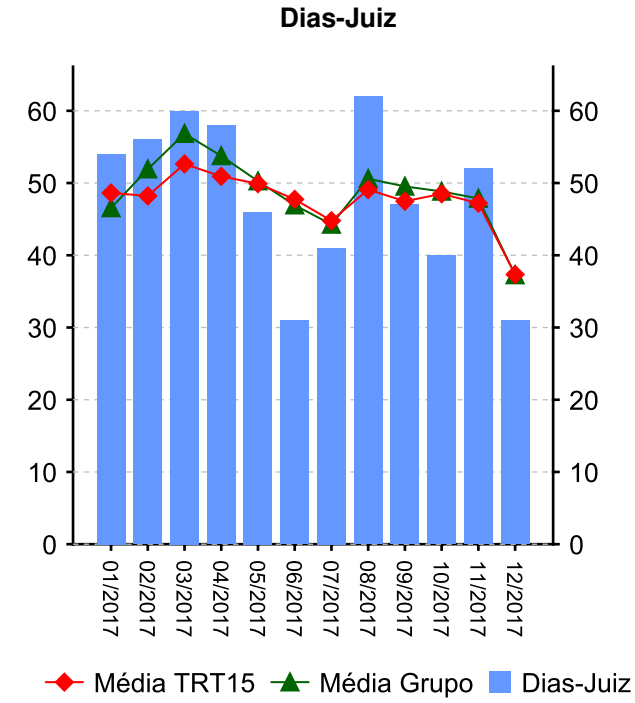
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	15	0	43	39	29	126
02/2017	19	40	117	110	91	377
03/2017	15	78	142	143	87	465
04/2017	19	48	97	100	53	317
05/2017	10	70	124	123	61	388
06/2017	11	104	79	61	33	288
07/2017	13	19	96	79	65	272
08/2017	12	92	124	138	92	458
09/2017	12	124	107	74	99	416
10/2017	14	46	90	62	53	265
11/2017	10	86	76	107	43	322
12/2017	16	0	34	35	23	108
Total	166	707	1129	1071	729	3802



Dias-Juiz	
Mês/Ano	**Qtd**
01/2017	54
02/2017	56
03/2017	60
04/2017	58
05/2017	46
06/2017	31
07/2017	41
08/2017	62
09/2017	47
10/2017	40
11/2017	52
12/2017	31
Média Mensal	48,2

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	934	77,8	44,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.120	93,3	52,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.054	171,2	96,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	382	31,8	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	422	35,2	19,9
Dias-Juiz	637	53,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.245	71,8	43,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.742	84,6	51,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	91.987	156,4	95,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.577	31,6	19,2
Incidentes Processuais Resolvidos	37.249	63,3	38,6
Dias-Juiz	28.954	49,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.462	70,5	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	143.392	78,1	50,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.854	148,6	95,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.896	27,2	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	102.430	55,8	36,0
Dias-Juiz	85.377	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

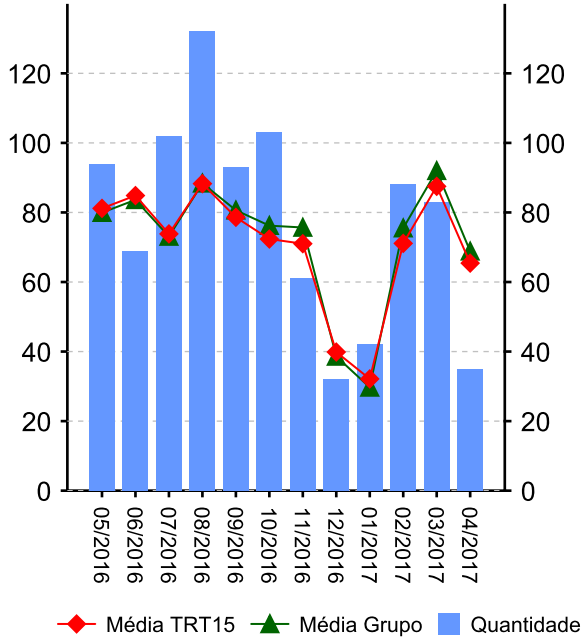
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

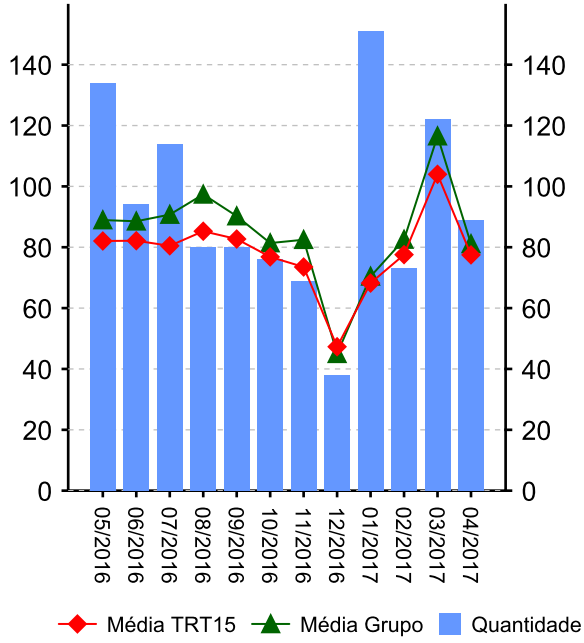
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

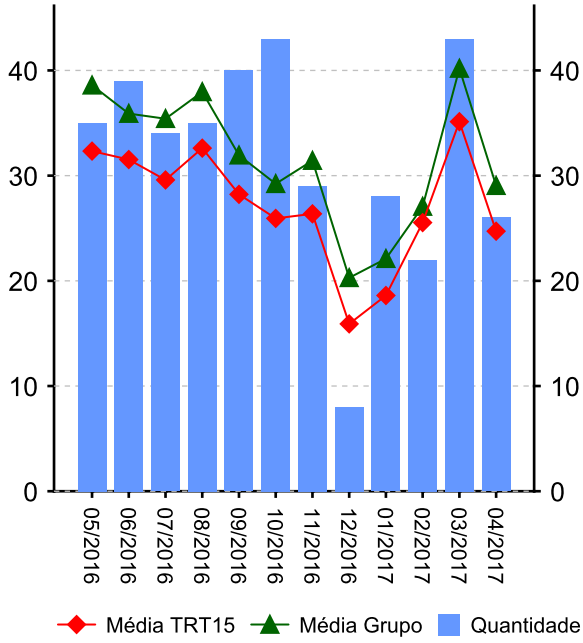
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



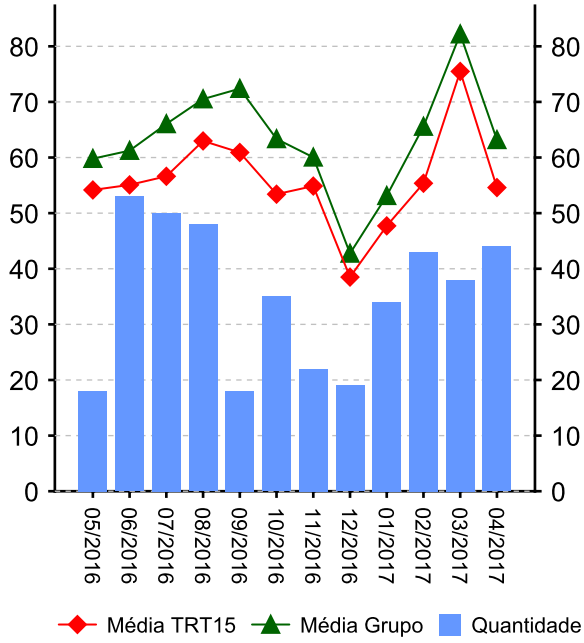
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.234	102,8	58,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.263	105,3	59,5
Sessões de audiência realizadas - una	715	59,6	33,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	259	21,6	12,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	737	61,4	34,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.978	164,8	93,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	996	83,0	46,9
Dias-Juiz	637	53,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.954	49,2	---

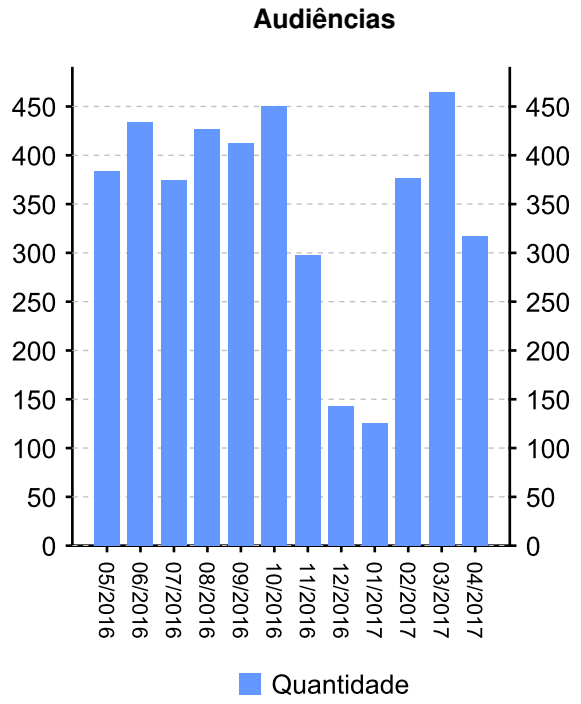
Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.377	46,5	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

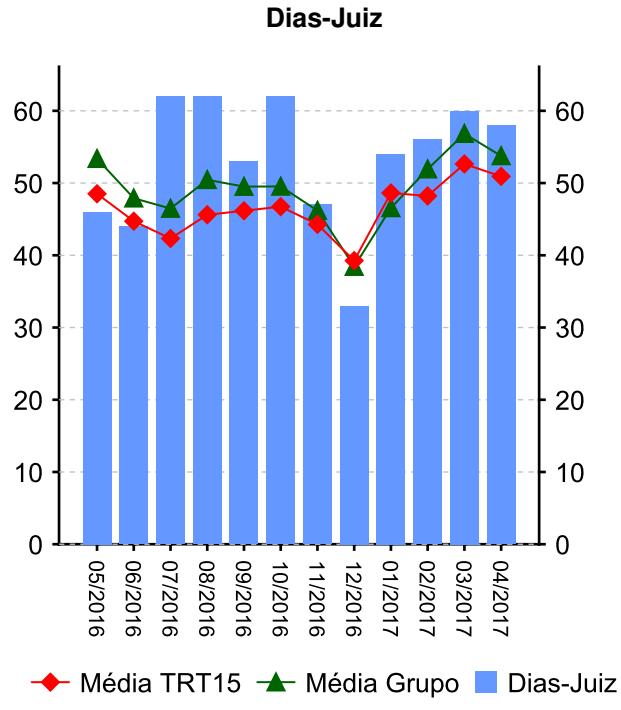
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2016	20	93	112	123	36	384
06/2016	39	128	108	116	43	434
07/2016	0	14	153	141	67	375
08/2016	9	30	162	164	62	427
09/2016	52	108	90	89	73	412
10/2016	32	92	103	128	95	450
11/2016	21	47	87	83	60	298
12/2016	18	59	20	27	19	143
01/2017	15	0	43	39	29	126
02/2017	19	40	117	110	91	377
03/2017	15	78	142	143	87	465
04/2017	19	48	97	100	53	317
Total	259	737	1234	1263	715	4208



Dias-Juiz	
Mês/Ano	**Qtd**
05/2016	46
06/2016	44
07/2016	62
08/2016	62
09/2016	53
10/2016	62
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	54
02/2017	56
03/2017	60
04/2017	58
Média Mensal	53,1

11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2095	2397	1886	0	175	200	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2048	1843	2070	0	200	43	22 %	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
340	256	306	84	28	21	73 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
297	270	285	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

12 - ARRECADAÇÃO [05/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R$ 167.194,17	R$ 80.500,94	R$ 11,06	R$ 1.339.831,55

13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	1
2014	5
2015	26
2016	121
2017	1111

14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2.478	10	1	11	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 10 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Andréa Cristina Luz Basílio D'Andrea – Assistente da Juíza Titular Ana Paula Silva Campos Miskulin.

Patricia Diana Nossa Mendonça Ramos – Assistente do Juiz Substituto Ricardo Philipe dos Santos.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 20/3/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	17/2/2018	Data de corte:	17/2/2018
Saldo:	190	Saldo:	0
Data do mais antigo:	9/5/2017	Data do mais antigo:	-
		Total:	**190**

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (MGD 12/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,38, que, comparativamente aos resultados verificados na última correição, demonstra uma pequena elevação (0,37 em 04/2017).

Esse resultado reflete, em parte, a elevação dos índices TCC - congestionamento no conhecimento (de 0,41 para 0,45) e TCE- taxa de congestionamento na execução (de 0,62 para 0,68) desde a última correição, inspirando mais atenção dos gestores nestas fases processuais.

Como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação bem inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Por esses motivos, em que pese a elevação de criticidade de alguns indicadores exigindo mais empenho dos gestores, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 20/3/2018)

Não há diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça no SAP1G, assim como não há diligências pendentes de cumprimento com prazo vencido no SAP1G e PJ-e.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei", a exemplo dos processos nº 0010572-33.2016.5.15.0027, 0011816-05.2017.5.15.0110 e 0010602-81.2014.5.15.0110;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011069-26.2015.5.15.0110, 0011363-78.2015.5.15.0110 e 0010149-86.2014.5.15.0110;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora e adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 22/3/2018, verificou-se a existência de 688 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010238-46.2013.5.15.0110, 0011767-66.2014.5.15.0110 e 0010132-16.2015.5.15.0110);

16.5 – designa audiências em cinco dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 707 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,34 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de José Bonifácio apresenta 34% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,2 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (48,7) e inferior à média mensal apurada na última correição (53,1).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 40,3 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 45,5) e à última correição (RARIA 44,0). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 64,8, superando a média do grupo, de 58,9 (RARIA) e à última correição (RARIA de 52,7), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 105,2 (RARIA) na Unidade, superior à média do grupo 104,3 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 96,7 apurado na última correição.

Registre-se ademais que, salvo a Meta 5 do CNJ (impulsionar processos à execução), a Unidade alcançou todas as Metas Nacionais (item 11 da Ata), além de reduzir o prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença em comparação com o resultado verificado na última correição (de 290 dias para 263).

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 20/3/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)

INICIAIS/ Ord:	5/6/2018	0	77
INICIAIS/ Sum:	7/5/2018	4	48
UNAS/ Ord:	6/8/2018	0	139
UNAS/Sum:	10/5/2018	3	51
INSTRUÇÕES/Ord:	4/9/2018	0	168
INSTRUÇÕES/Sum:	4/9/2018	0	168
CONCILIAÇÃO:	22/5/2018	5	63
MEDIAÇÃO:	22/3/2018	0	2

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, utilizam o conceito de pauta "inteligente", com análise dos feitos para eventual não inclusão em pauta. A Unidade inclui em pauta de audiências feitos que envolvam órgãos públicos, assim como os processos cuja instrução dependa de prova pericial, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS
(fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	03	03	04			10
	tarde	03	03	04			10
terça	manhã	03	03	04	10/15**	15***	35/40
	tarde	3	3	04			10
quarta	manhã	03	03	04	10/15**		35/40
	tarde	03	03	04			10
quinta	manhã	03	03	04	10/15**	15***	35/40
	tarde	3	3	04			10
sexta	manhã*	03	03	04			10
	tarde						

* realizada em sistema de revezamento entre os Magistrados da Unidade.
** Audiências de conciliação em liquidação e/ou execução, realizadas duas ou três vezes por semana, com a inclusão média de 10/15 processos.
*** Audiências de mediação realizadas uma ou duas vezes por semana, com a inclusão de 15 processos, em média.

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação,

apontando que é realizada, em média, de uma a duas pautas por mês, incluindo-se uma média de 15 processos. As mediações são sempre e somente realizadas com a presença de Juiz na Unidade. Noticiou, também, que são incluídos em audiência de conciliação processo da fase de liquidação, realizadas em média, de duas a três vezes por semana, com inclusão de 15 processos por sessão, em média, também sempre com a presença de Juiz na unidade. Por fim, informou que são realizadas audiências de conciliação para os processos da fase de execução, incluindo-se uma média de 15 a 20 processos por sessão. São realizadas de acordo com a necessidade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média mensal de 60,8 audiências unas (RARIA 37,8) e de 89,3 (RARIA 55,6) de instrução, totalizando média de 150,0 (RARIA 93,4) dessas audiências por mês, considerado o período de 01/2017 a 12/2017. Esse resultado se mostrou próximo ao verificado na última correição (RARIA 93,2 audiências unas e de instrução).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 235 dias, menor que o de seu grupo (327 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 124 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 283 dias. Indicando assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio diminuiu de 275 para 235 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 77 dias para as iniciais do rito ordinário, 48 dias para iniciais do rito sumaríssimo, 168 dias para as instruções (ambos os ritos), 139 dias para Unas do rito ordinário e 51 dias para Unas do rito sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 621, quantidade menor que a média de seu grupo (843), demonstrando tendência de diminuição desde a última correição, quando se verificou haver 747 processos.

Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

19 – CONSTATAÇÕES:

A Unidade conta com atuação de três estagiárias da área de direito, sendo duas contratadas pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE e Caroline Vieira da Silva pelo Município de José Bonifácio, que não constou do item 3.3 desta ata. Foram informados da possibilidade da contratação de mais dois estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis para auxílio nas fases de liquidação e execução.

No que diz respeito aos processos de Meta 2, a Unidade tem dado prioridade aos processos mais antigos. Esclareceram que o processo relativo ao ano de 2010, trata-se de ação que depende de decisão de Instância Superior em outro processo.

Quanto ao prazo médio da liquidação, esclareceram que com os afastamentos para tratamento da saúde pelo calculista da Unidade, sem servidor para substituí-lo, houve comprometimento dos resultados.

Foram apontadas inconsistências no lançamento dos valores decorrentes de acordos, execuções e pagamentos espontâneos, custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição e salientou-se a importância dos corretos lançamentos desses valores, bem como foram demonstradas as incorreções no lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos.

Quanto aos feitos relativos à homologação de acordos extrajudiciais, foram ajuizados seis processos, todos envolvendo a mesma empresa, sendo levado à audiência nesta data. Esclareceu a Exma. Juíza Titular que realizada a ratificação, com amplo questionamento ao reclamante sobre a existência de doença ocupacional, adicional de insalubridade, entre outros, sendo os autos chamados à conclusão para homologação.

19.1. Reunião com o Trio Gerencial.

Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a

Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba "expedientes"). Ressaltou-se que a versão 1.16 do Pje exige a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

Constatou-se processos na subcaixa "Oficial de Justiça" (Pje) com mandado já devolvido. Salientou-se que o Oficial de Justiça não tem acesso ao painel do Pje da Vara, por isso não tem o controle se a diligência já devolvida foi baixada pela Secretaria. Orientou-se que seja destinado um servidor para cuidar da caixa "aguardando cumprimento de diligências" (subcaixa "Oficial de Justiça") e determinou-se a regularização, dando-se prosseguimento à execução.

Constatou-se um número reduzido de processos no agrupador "aguardando cumprimento de acordo ou pagamento", considerando-se o percentual de acordos da Unidade. Informou o Diretor de Secretaria que houve não cumprimento de vários acordos da mesma reclamada, o que foi determinante para o encaminhamento de muitos processos para a tarefa análise de execução. Esclareceu ainda que, por um problema houve exclusão da pasta da tarefa, sendo os processos destinados à tarefa "aguardando cumprimento de providências", congestionando a tarefa. Orientou-se para que, se o problema estiver sido resolvido, sejam os processos direcionados à caixa própria.

Verificou-se ainda, processos paralisados indevidamente na tarefa "aguardando cumprimento de acordo", a exemplo o processo 0010132-45.2017.5.15.0110, com acordo já cumprido. Determinou-se a verificação da caixa para correção de inconsistência.

Nos processos que dependem da realização de perícia, o Juízo designa perícia na audiência, com prazos pré-fixados para manifestação e esclarecimentos, vindo o laudo ao processo já com as impugnações e esclarecimentos. O Perito toma ciência da nomeação pelo painel do usuário no Pje. Honorários prévios diretamente na conta do perito.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior e que constam na tarefa "aguardando remessa". Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação.

Constatou-se, ainda a existência de processos com liquidação encerrada, porém com a liquidação ainda pendente no e-gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, homologação de acordo ou redistribuição. Salientou-se que há "Check box" no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado "acordo pós-sentença".

Para início da liquidação, normalmente, é designada perícia contábil e marcada

audiência de tentativa de conciliação, exceto nos casos como os processos de reclamada revel.

Diante do grande número de embargos à execução pendentes, sugeriu-se, a critério dos Magistrados, que, quando se tratar de embargos decorrentes de cálculos apresentados por perito, sejam eles remetidos ao "expert" para retificação ou ratificação do laudo e após encaminhamento ao Juiz para julgamento.

Apurou-se estarem alterando a cor dos balões, sem que tenha sido analisada a petição. Determinou-se maior atenção, para alteração da cor dos balões apenas quando executada a tarefa.

Verificou-se a existência de processos com prazo vencido com o perito. Esclareceram que os peritos que atrasavam com os laudos não mais estão sendo nomeados.

Constatou-se processos na tarefa "aguardando término dos prazos", com prazo em aberto, tendo sido encontrados processos com notificação sem publicação. Determinou-se a verificação e correção da tarefa, dando-se regular processamento aos feitos.

Orientou-se a migração de processos físicos (SAP1G) para Pje, anexando o relatório de ocorrências do processo extraído do SAP1G, como segundo documento do PJe, após o saneamento dos processos, sendo desnecessária a reprodução de todos os documentos do processo, exceto nos casos em que for necessária a remessa ao Segundo Grau.

Orientou-se para o correto lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos, dos valores arrecadados de custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária, devendo ser procedidos no momento do recolhimento. Salientou-se que parte dos recursos e incidentes em aberto são peças que foram cadastradas em duplicidade pelos advogados, não observados pela Secretaria, que lança resultado em uma das peças ficando a outra constando como pendente. Além disso, tutelas antecipadas e exceção de incompetência são decididas, via de regra, por despacho e não são lançados os resultados. Orientou-se para maior atenção nos lançamentos e regularização das inconsistências, alterando a natureza da petição, se o caso.

Esclareceu, o Diretor de Secretaria, que a subcaixa na tarefa "Minutar sentença", denominada "Ana Paula Campos Miskulin – minutando" foi aberta por determinação da Exma. Juíza Titular para evitar conflito de processos trabalhados pela Juíza e por sua Assistente. Trata-se de subcaixa fora dos padrões da Corregedoria devendo ser excluída.

Diante dos poucos resultados frutíferos das hastas públicas, como informado, sugeriu-se, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Orientou-se para o contato com o setor competente na Corregedoria para instruções acerca dos procedimentos e cadastro de corretores.

Quanto aos cadastros para chave de acesso para consulta dos depósitos recursais, FGTS e depósitos, informaram que não possuem a senha de acesso para os depósitos recursais, mas solicitaram até mesmo à superintendência das Instituições Financeiras, sem sucesso. Sugeriu-se reunião com a gerência das Instituições Financeiras na tentativa de solucionarem o problema.

Verificou-se que no processo 0011472-92.2015.5.15.0110 há valores de RPV depositado e não liberado. Determinou-se a tramitação regular dos feitos e orientou-se para que sejam priorizados os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento.

Esclareceram que o Servidor João Marcelo Mattos Siqueira está inserido na equipe de conhecimento.

No que diz respeito às notificações por e-mail, informaram que já adotam a prática para algumas empresas, como exemplo, Terras Novas – Grupo Virgulino, Valmir Blanco Machado, José Robles Garcia. Informaram que estão tentando o consentimento do grupo Nipoã, mas estão encontrando resistência da Direção. No entanto, a reclamada vem retirando as notificações e mandados diretamente no balcão, assim como a Usina Santa Luíza, a Minerva e outras grandes empresas. Sugeriu-se o contato também com órgãos públicos para que autorizem as notificações desse gênero e determinou-se que as notificações por e-mails sejam expedidas pela Secretaria e não pelos Oficiais de Justiça, cujo papel, com relação à notificações do gênero é apenas o convencimento das empresas, que formalizaram o consentimento na Secretaria.

Foram orientados para a utilização do SICOND principalmente para identificação de questões urgentes.

Orientou-se, para a utilização de todas as ferramentas eletrônicas de pesquisa e efetivação da execução, entre elas CCS, SIMBA, INFOSEG e Protesto.

No que diz respeito ao teletrabalho informaram que além das Assistentes de Juiz, cujo teletrabalho é controlado pelos Magistrados, também atua em teletrabalho a Servidora Milena Aparecida Elias Alves, nas condições previstas na Resolução CSJT nº 151/2015, com alterações pela resolução nº 207/2017.

Embora no formulário pré-correição tenha o gestor informado que não utilizam informações de outros processos para evitar a expedição de mandados em duplicidade, verificou-se que estão realizando a pesquisa, a exemplo dos processos 0011719-10.2014 e 0010890-63.2013.

A Unidade conta com uma mediadora capacitada pela Escola Judicial deste

Tribunal, sugeriu-se, a critério dos magistrados, a designação de audiência de mediação, também, após a entrega do laudo pericial, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

19.2 – Reunião com os Oficiais de Justiça

Verificou-se que os Oficiais se utilizaram da própria certidão negativa para registrar outras informações, diferentemente do orientado na O.S. nº 05/2016-CR, item III, 'c'. Os Oficiais de Justiça foram orientados a utilização do modelo de certidão negativa de execução da Corregedoria no lugar das certidões com informações pormenorizadas que deveriam ser colocada no rascunho do EXE-15, evitando-se tumultos processuais.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – Considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que cada servidor pertença exclusivamente a uma única equipe, cujo objetivo é especializar pequenos grupos de servidores em práticas otimizadas de procedimentos, desde que haja condições mínimas de lotação;

20.2 – utilizar relatório Sicond (extranet – menu "jurídico" - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria) para gerenciamento dos processos eletrônicos;

20.3 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – Encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano), com 73% de cumprimento;

21.4 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.5 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.6 – utilizar regularmente as ferramentas CCS e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados, o que deverá ser por ele(s) solicitado mediante envio de e-mail com seus dados (nome e CPF) para o endereço eletrônico nucleodepesquisa.corregedoria@trt15.jus.br;

21.7 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

21.8 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento "rascunho/anotações", como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 22 e 26/3/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010132-45.2017.5.15.0110	Processo eletrônico na tarefa aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos – 2018/03 – 2 quinzena" desde 22/5/2017. Observa-se que o acordo homologação não foi denunciado, o que presume o seu integral cumprimento em 30/5/2017. Não há razão que justifique o encaminhamento do processo para a subcaixa "2018/03 – 2 quinzena".	Cumprir a determinação judicial, arquivando-o. Além disso, observar que os processos devem aguardar em subcaixas correspondentes ao prazo, para a correta contagem dos prazos médios de cada fase.
2	0051100-98.2009.5.15.0110	Processo eletrônico na tarefa aguardando atualização de cálculo desde 19/12/2017. Observa-se que em 1º/11/2017 o reclamante já juntou o comprovante de levantamento parcial do crédito.	Cumprir integralmente o despacho datado de 20/10/2017.
3	0010372-73.2013.5.15.0110	Processo eletrônico na tarefa "aguardando final do sobrestamento". No despacho datado de 21/9/2016 constatou-se que execução restou frustrada, suspendendo o andamento da ação pelo período de 1 ano. O processo está sem tramitação desde o vencimento do prazo.	Regularizar o vencimento do prazo e cumprir a determinação judicial, analisando-se a possibilidade de arquivamento definitivo do feito e expedição de certidão de crédito, conforme o entendimento do Juízo.
4	0011771-69.2015.5.15.0110	Processo eletrônico na tarefa pagamento RPV Precatório. Observa-se que o prazo para pagamento do RPV está vencido e o processo está sem andamento desde então. Em situação semelhante o 0011472-92.2015.5.15.0110, mas com depósito judicial a ser liberado.	Levar o processo à conclusão para prosseguimento. Além disso, a Unidade deverá priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
5	0010359-40.2014.5.15.0110	Processo eletrônico na tarefa aguardando término dos prazos desde 4/4/2017. O mandado expedido em 19/2/2017 foi cumprido e devolvido em 24/2/2017. Porém, observa-se na aba "expedientes" a não confirmação, o que ocasionou a permanência do processo em referida tarefa. Há outros processos sem tramitação em situação semelhante.	Vencer manualmente o prazo e dar andamento ao processo.
6	0001197-26.2011.5.15.0110	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização	Regularizar os lançamentos para baixa do processo

		– fase de conhecimento), com última ocorrência "APS – apensado ao processo 688/2011" desde 04/07/2012. No entanto, referido processo foi migrado ao PJE e já arquivado definitivamente.	apensado.
7	0000590-42.2013.5.15.0110	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência "DES – despacho" desde 21/02/2018.	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos, observando que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Verificar ainda a adequação da fase processual em que se encontra o feito.
	0010263-13.2014.5.15.0017	Processo eletrônico inserido na Meta 2 do CNJ, aguardando o encerramento da instrução. Verifica-se haver chamado aberto para regularizar o registro do acordo firmado na audiência datada de 21/9/2016.	Acompanhar com regularidade o chamado aberto para solucionar o problema técnico detectado.
	0012077-72.2014.5.15.0110	Processo eletrônico inserido na Meta 2 do CNJ, aguardando o encerramento da instrução processual. Observa-se que o processo foi reunido ao processo 0010852-17.2014.5.15.0110 (mais antigo) e ambos já foram julgados.	Acompanhar a tramitação do processo mais antigo para fins de registro (no processo mais novo) após o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado nº 4/2017.
	0010955-87.2015.5.15.0110	Processo eletrônico inserido na Meta 2 do CNJ, na tarefa aguardando audiência. Verifica-se que na audiência realizada em 22/3/2018, o juízo encerrou a instrução processual, determinando a remessa do feito à juíza vinculada para prolação de sentença.	Cumprir a determinação judicial imediatamente, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, sob pena de responsabilização.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora recebeu a Ilustre Advogada Milene Cataruci de Almeida Caobianco, OAB 199.454, que registrou elogios aos Juízes e Servidores que atuam na Unidade.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular Ana Paula Silva Campos Miskulin está autorizada a residir fora da jurisdição (PA 3865/2017-PROAD).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Ricardo Philipe dos Santos reside na sede da circunscrição.

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença;

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, com a ciência da Exma. Juíz Titular ou seu substituto, se o caso, ou sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade "Fazer Pedido Complementar" no PP nº 4204-2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 05 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtlufft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.